



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PDT


Adm

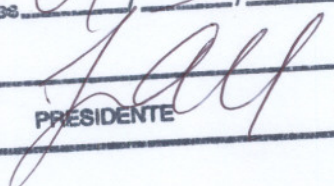
## INDICAÇÃO LEGISLATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n.º 560 / 2002

Campo Mourão, 08/05/02 Horas: 17:43

  
PROTOCOLISTA

DESPACHADO FAVORAVELMENTE	
Sala das sessões	<u>09/05/02</u>
	
PRESIDENTE	

O vereador signatário, no uso de suas atribuições e em conformidade com o §1º, inciso II, do artigo 128, do Regimento Interno, **INDICA** ao Senhor Prefeito, para que o mesmo envie à esta Casa, projeto de lei que:

**"REVOGA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 1415 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, A QUAL ALTEROU E ACRESCENTOU DISPOSITIVOS AO ARTIGO 290 DA LEI Nº 779, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992".**

### JUSTIFICATIVA:

A presente matéria Revoga o artigo da supra citada lei, que alterou e acrescentou dispositivos da Lei nº 779, de 11 de dezembro de 1992, que compõem o Sistema Tributário Municipal do Município de Campo Mourão - Pr tem por finalidade básica declarar a **INCONSTITUCIONALIDADE** da referida lei no que tange a Taxa de Iluminação Pública.







# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PDT

02  
Adriela

O artigo 145, II da Constituição Federal reza o que segue:

**Art. 145 - "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes impostos:**

**I - (...)**

**II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.**

(grifos não originais)

Quando o contribuinte paga a taxa de Iluminação Pública, ele está pagando por um serviço público colocado a sua disposição, o qual potencialmente ele utiliza (ex.: andar na rua no período da noite, as ruas estão todas iluminadas, estou utilizando potencialmente um serviço que o Estado coloca a minha disposição), que é específico e divisível.

Porém, é nesta palavra, **DIVISÍVEL**, que se encontra a **INCONSTITUCIONALIDADE**, pois, é simplesmente impossível mensurar o quanto cada contribuinte gasta por utilizar os serviços públicos postos a sua disposição.

Será que o critério que está sendo utilizado pela COPEL, para medir o quanto cada contribuinte gasta com a Iluminação Pública, é o número de vezes que ele sai à rua no período da noite?

Data Vênia, qualquer que seja o critério que venha sendo utilizado para mensurar o quanto cada contribuinte gasta com a Iluminação Pública, é ilegal, imoral e principalmente inconstitucional.

A grande preocupação do vereador que esta subscreve, não é o fato presente, o agora, pois, a **INCONSTITUCIONALIDADE** do momento já está declarada, só não percebe, os olhos que são programados para tanto; mas, a preocupação do vereador que esta subscreve, é com um futuro, não muito distante, quando, contribuintes lesados, procurarem seus direitos através de uma ação de Repetição de Indébito.

Portanto, é extremamente necessário que sejam revistos os dispositivos que alteram e acrescentam à **LEI Nº 779, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992**,





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PDT

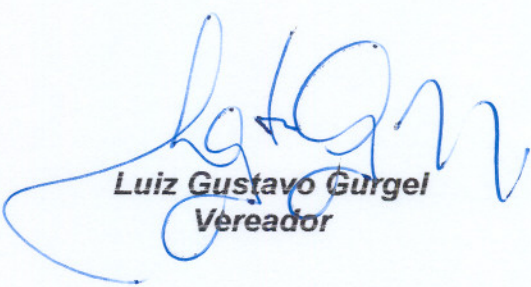
para que não se cometa mais injustiças com os contribuintes, que na maioria das vezes trabalham suado, para poderem pagar suas contas em dia, e acabam tendo que pagar por um serviço totalmente fora dos parâmetros legais e constitucionais.

Tudo o que é **INCONTITUCIONAL** não pode vigorar, por que então, a **TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** continua a vigorar????

Termos em que

Pede deferimento

Campo Mourão, 08 de maio de 2002.

  
**Luiz Gustavo Gurgel**  
**Vereador**





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PDT

Ao Senhor

**IZAEL SKOWRONSKI**

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Tendo em vistas que esta comissão foi criada para analisar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da taxa de Iluminação Pública, Tendo em vista também que o assunto é de interesse de toda a comunidade sugerimos ao Senhor presidente envie ofício as seguintes entidades: Associação de Moradores, sindicatos, Entidades Religiosas, Diretoria de Escolas Públicas e Privadas, Faculdades, Universidades, CEFET, Ministério Público, Copel, Acicam e C.D.L, para que estes possam discutir o assunto, e enviar opiniões e sugestões para esta comissão.

Atenciosamente,

  
**CELSO HRUSCHKA**

Presidente da Comissão Instaurada pela Portaria 246/2002

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 3057/02

Campo Mourão, 17/05/02 Hora: 14:00

  
PROTOCOLISTA





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PDT

Ao Senhor Presidente

**IZAEL SKOVROSKI**

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente

Tendo em vista o parecer da Assessoria Jurídica desta Casa, que julga a matéria da Iluminação Pública complexa. Tendo em vista também, que esta não se manifestou contrária ou a favor, pedimos que o assunto referido seja analisado pelos seguintes Órgãos, **IBRAP ( Instituto Brasileiro de Administração Pública )** e **IBAM, ( Instituto Brasileiro de Administração Municipal )**, requerendo que estes envie a esta Comissão um parecer concreto e definitivo sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da matéria citada.

Sem mais para o momento reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**CELSO HRUSCHKA**

Presidente da comissão intituida pela portaria 246/2002

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 3057/02

Campo Mourão, 17/05/02 Horas: 14:00

  
PROTOCOLISTA



Port. 246 - 15/04/02

08  
Adrianele



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (ME) 79.869.772/0001-14

www.camaracm.com.br e-mail: legislativo@camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do PDT

## REQUERIMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n.º 150 12002

Campo Mourão, 05 103 102 Horas 17:25

AVORAVEL A IRAMITACA

PROTOCOLISTA

12 103 102

Presidente

APROVADO POR

UNANIMIDADE  
MAIORIA

Sala das sessões

PRESIDENTE

O vereador signatário, no uso das atribuições que o artigo 45, II do Regimento Interno da Casa lhe confere, requer, seja encaminhado ofício ao Sr. **IZAEL SKOWRONSKI** - PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS.

- Solicitando a constituição de uma **Comissão Especial** para analisar o assunto da taxa de **Iluminação Pública**, que é inconstitucional.

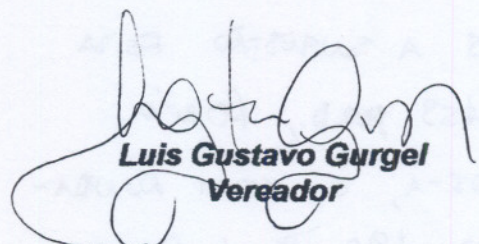
### JUSTIFICATIVA

Por ser tratar de assunto específico de interesse da Câmara e da comunidade, é que se faz necessária a constituição de uma Comissão Especial para analisar mais detalhadamente a **inconstitucionalidade** da referida taxa.

Termos em que

Pede deferimento

Campo Mourão, 05 de março de 2002.

  
**Luis Gustavo Gurgel**  
Vereador

reqppl12





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefex (44) 523-2330 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Adrielle

## PORTARIA Nº 246 - 2001/2002 - 15 de abril de 2002.

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, Vereador Izael Skowronski, no uso de suas atribuições legais e considerando o Requerimento protocolizado sob o nº 150/2002, de 05 de março de 2002, aprovado em Plenário por unanimidade,

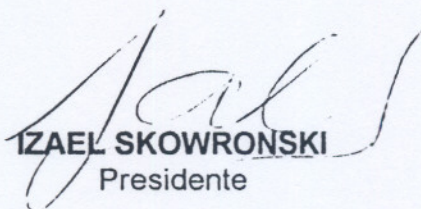
### RESOLVE,

**Art. 1º** - Compor Comissão Especial para analisar a Legislação Municipal em vigor, referente a Taxa de Iluminação Pública.

**Art. 2º** - Designar para compor a referida Comissão os Vereadores: Afonso Celso de Almeida Hruschka, Edson Battilani, Edoel Rocha, Janir Luiz Barbosa, José Turozi, Juvenal Vieira, Luiz Carlos Kehl, Salvador Martins Turíbio e Sebastião Ribeiro.

**Art. 3º** - Determinar que se reunam no dia 16 de abril de 2002, às 10 horas, nesta Casa Legislativa para escolha do Presidente e Relator.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

  
IZAEL SKOWRONSKI  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

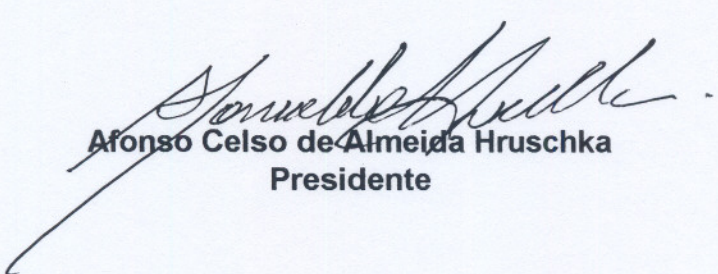
e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Departamento de Assuntos Legislativos

### ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 246/2002.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e dois, (16/4/2002), nesta cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, na sede do Poder Legislativo, instalada à Rua Francisco Albuquerque, n.º 1488, realizou-se a 1ª Reunião da Comissão Especial, designada pela Portaria nº 246/2002, para análise da Legislação Municipal em vigor, referente a iluminação pública. Os trabalhos tiveram início às 10 (dez) horas, contando com a presença dos Vereadores **Afonso Celso de Almeida Hruschka, Edoel Rocha, Janir Luiz Barbosa, Juvenal Vieira, Luiz Carlos Kehl, Salvador Martins Turíbio e Sebastião Ribeiro**. Ausentes os Vereadores: **Edson Battilani e José Turozi**, tendo como principal objetivo a eleição do Presidente, escolha do Relator, e dar início aos trabalhos. A seguir, por decisão unânime dos membros, ficou eleito o Vereador Afonso Celso de Almeida Hruschka como Presidente; o Vereador Edoel Rocha como Relator. A seguir usou da palavra o Senhor Presidente e disse que, como primeiro passo, encaminhará o processo a Assessoria Jurídica, para exarar parecer e indicar os trâmites do mesmo. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, do que para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Vereadores membros da Comissão.

  
**Afonso Celso de Almeida Hruschka**  
Presidente

**Edoel Rocha**  
Relator

**Janir Luiz Barbosa**  
Membro

**Juvenal Vieira**  
Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@start.com.br](mailto:legislativomunicipal@start.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Departamento de Assuntos Legislativos

Ata da 1ª Reunião da Comissão Especial designada pela Portaria nº 246/2002 – fl. - 2

**Luiz Carlos Kehl**  
Membro

**Salvador Martins Turíbio**  
Membro

**Sebastião Ribeiro**  
Membro

/CPX.





PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 652/2001

DE 29/12/2001

LEI Nº 1415

De 28 de dezembro de 2001

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 779, de 11 de dezembro de 1992 e Lei nº 1084, de 30 de dezembro de 1997.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte**

**LEI:**

**Art. 1º** O artigo 71 da Lei nº 1084, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 1º a 4º:

**Art. 71.** A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar - TCLH, fundada na utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município, diretamente ou através de concessionárias, de coleta e de remoção de resíduos de serviços de saúde, estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar n.º 005/97 - Código Municipal de Limpeza Urbana.

**§ 1º** O fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro;

**§ 2º** O sujeito passivo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar é a pessoa física ou jurídica, desde que considerada como estabelecimento de saúde de acordo com a identificação constante no art. 20 da Lei Complementar nº 005/97, beneficiada pela utilização dos serviços referidos no caput;

**§ 3º** A especificidade do serviço de coleta e remoção de resíduos de saúde está:

**I** - caracterizada na utilização:

- a) efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas;
- b) individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;
- c) que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade;

**II** - demonstrada na RBE-TCLH - Relação de Beneficiários Específicos do Serviço de Coleta e Remoção de Resíduos de Saúde.





**§ 4º** A divisibilidade do serviço de coleta e de remoção de resíduos de saúde está:

I – caracterizada na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários;

II – demonstrada no cálculo:  $TCLH = Qe \times PU$

**Art. 2º** O art. 72 da Lei 1084/97 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 1º a 5º:

**"Art. 72.** A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar será determinada para cada beneficiário, através do ratelo, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica, em função da geração de resíduo.

**§ 1º** Considera-se custo da respectiva atividade pública específico, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço de coleta e remoção de resíduos de saúde.

**§ 2º** A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar será calculada através da aplicação da multiplicação da Quantidade Estimada de Resíduos Coletados (Qe) com o Preço Unitário por Quilo (PU), conforme fórmula abaixo:

$TCLH = Qe \times PU$
-----------------------

**§ 3º** O valor do Preço Unitário por Quilo é de R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos).

**§ 4º** A Quantidade Estimada de Resíduos Coletados deverá ser aferida através do sistema de estimativa por amostragem, adotando-se para efeito de cálculo, a quantidade efetivamente coletada durante o período mínimo de 7 (sete) dias.

**§ 5º** A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo Hospitalar, será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais específico ou em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano e demais Taxas de Serviços Públicos, na forma como o regulamento dispuser."

**Art. 3º** O artigo 315 e § 1º e 2º da Lei nº 779/92, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 315.** Fica instituída a Unidade Fiscal do Município de Campo Mourão – UFCM, que terá seu valor unitário fixado em R\$ 1,1915 a partir de 1º de janeiro de 2002.





**§ 1º** A Unidade Fiscal é a representação, em moeda corrente, de determinado valor, para servir de parâmetro ou elemento indicador do cálculo de tributo ou penalidade.

**§ 2º** A Unidade Fiscal do Município de Campo Mourão, poderá ter seu valor monetário atualizado mensalmente, através de Decreto, de acordo com a variação do IPCA - E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial), publicado pelo IBGE, ou, em caso de extinção, outro que o substitua."

**Art. 4º** Altera o inciso I e acrescenta o inciso III ao art. 289 da Lei 779 de 11 de dezembro de 1992:

"I - pelo Município, dos imóveis não edificados, nos termos da Tabela I desta Lei;

II - pelo Município, de todos imóveis edificados, quando, opcionalmente e a critério do contribuinte, a cobrança não se realize conforme disposto no inciso II deste artigo, nos termos e de acordo com a Tabela I desta Lei;"

**Art. 5º** O art. 290 da Lei 779/92 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 290.** A Taxa de Iluminação Pública poderá ser lançada no mesmo talão utilizado pela empresa concessionária dos serviços de energia elétrica para a cobrança do correspondente consumo, ou, alternativamente, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, na forma como o regulamento dispuser."

**Art. 6º** Os serviços prestados pelo Município de Campo Mourão, que pela sua natureza não possam ser remuneráveis através de taxas, deverão ser cobrados através de preços públicos.

**§ 1º** Classifica-se a taxa como tributo vinculado à atuação do Município decorrente do exercício do poder de polícia ou, pela utilização de serviços públicos, pelo contribuinte, de forma efetiva ou potencial.

**§ 2º** Por preço público entende-se a contraprestação paga pelos serviços prestados pelo Município, desde que relativos às atividades não essenciais e sobre as quais inexistia lei que torne obrigatória a sua utilização.

**§ 3º** As disposições contidas no *caput* e seus parágrafos, por analogia, aplicar-se-ão aos produtos fornecidos pelo Município.

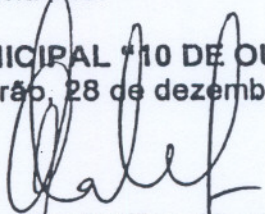
**§ 4º** A fixação dos preços será determinada por decreto, tendo como limite máximo os preços de mercado, vedada a concorrência desleal.



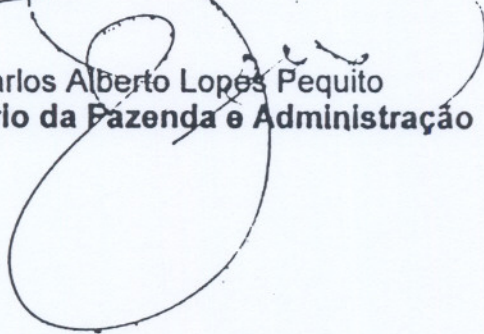


**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, ficando revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 28 de dezembro de 2001

  
**Tauillo Tezelli**  
**Prefeito Municipal**

  
**Rebervani Rierin do Prado**  
**Procurador-Geral**

  
**Carlos Alberto Lopes Pequito**  
**Secretário da Fazenda e Administração**





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 523 - 23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail:legislativomunicipal@camaracm.com.br.

www.camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do PPS

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 560/2002

## AUTORIA DO VEREADOR LUIZ GUSTAVO CHIMINÁCIO GURGEL

## ENVIADO ÀS COMISSÕES: LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

## RELATOR: PASTOR ANDRÉ

## RELATÓRIO

Tramita, nesta Comissão, a Indicação Legislativa nº 560/2002, protocolado sob nº560/2002, em 08 de Abril do corrente ano, que: "**REVOGA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 1415 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, A QUAL ALTEROU E ACRESCENTOU DISPOSITIVOS AO ARTIGO 290 DA LEI Nº 779, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992.**"

## VOTO DO RELATOR:

Quanto a legalidade, juridicidade e Constitucionalidade a matéria encontra-se em perfeita condição para a tramitação.

Ante ao exposto registramos nosso **VOTO CONTRÁRIO**, considerando que o nobre vereador solicitou ao Presidente Vereador Izael Skowronski a constituição de comissão especial para analisar o assunto da **Taxa de Iluminação Pública**, em data de 05/03 – Protocolada Sob nº150/2002, e que a Comissão Especial instituída pela portaria 246/2002 encaminhou ofício ao Senhor Presidente em data de 17/05/2002 solicitando que o assunto em pauta seja analisado pelo **IBRAPE** pelo **IBAM** para que os mesmos, dêem seu parecer sobre a constitucionalidade da matéria em pauta sugerimos que seja aguardado o parecer final da Comissão Especial.

**SALA DAS SESSÕES**, em 24 de Maio de 2002.

EDOEL ROCHA

CONTRÁRIO  
Voto CER

PASTOR ANDRÉ  
Relator

JUVENAL VIEIRA